

# O Português na Casa do Mundo, Hoje

Coordenação Henrique Barroso

O PORTUGUÊS NO MUNDO E A SUA  
ESTANDARDIZAÇÃO: ENTRE A REALIDADE  
DE UMA LÍNGUA PLURICÊNTRICA E O DESEJO  
DE UMA LÍNGUA INTERNACIONAL

Augusto Soares da Silva

Braga: Centro de Estudos Humanísticos  
da Universidade do Minho, 2018

**hhu**

## CAPÍTULO V

# O português no mundo e a sua estandardização: entre a realidade de uma língua pluricêntrica e o desejo de uma língua internacional\*

AUGUSTO SOARES DA SILVA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - BRAGA

assilva@braga.ucp.pt

**Abstract:** To answer the ontological and political questions of what is Portuguese and what people want it to be, we will highlight the reality of a *pluricentric language* and the desire for an *international language*, and we will discuss the need for a full *pluricentric standardization* of the Portuguese language. A markedly bicentric language, between European Portuguese and Brazilian Portuguese, is already witnessing the rise of other national centers, particularly Mozambican Portuguese and Angolan Portuguese. Demographic and demolinguistic indicators allow us to predict an important change towards greater pluricentricity of Portuguese during the second half of the 21<sup>st</sup> century, accompanied by a strong growth in population and in Portuguese speakers, especially in Angola and Mozambique, and a decrease in population in Portugal and in Brazil. We will present the results of our sociolectometrical study about lexical, constructional and attitudinal indicators of bicentricity diverging between European and Brazilian Portuguese in the last 70 years. We will then analyse the possibilities of a more international management of the Portuguese language and the creation of a common international standard. Finally, we will argue in favor

---

\* Este estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, como parte do Projeto de IC&DT PTDC/MHC-LIN/6915/2014 “Convergência e Divergência entre o Português Europeu e o Português Brasileiro”.

of a pluricentric codification, not only of spelling, but, above all, of the grammar and of the dictionaries of Portuguese.

**Keywords:** pluricentric language; international language; standardization; sociolectometry; language policies.



## 1. Português no séc. XXI: língua pluricêntrica ou língua internacional?

Refletir sobre o português (ou qualquer outra língua) na “Casa do Mundo, hoje” envolve uma questão ontológica e uma questão política: o que é (ou se acha que é) hoje o português e o que se quer que ele seja? Várias respostas são possíveis tanto à questão ontológica como à questão política. Para uns, o português é a *língua comum* da lusofonia, como “unidade na diversidade” das variedades nacionais ou “unidade superior” da língua portuguesa subjacente às variedades que mais se afastam, como o português europeu e o português brasileiro. Para outros, o português é uma *língua pluricêntrica*, com dois centros bem estabelecidos, o português europeu e o português brasileiro, e outros centros emergentes, particularmente o português moçambicano e o português angolano. Para outros ainda, o que se fala no Brasil e em Portugal são já duas línguas diferentes – o brasileiro e o português. E há ainda outros para quem o português não só tem o estatuto de língua internacional como também se deve afirmar com um padrão de *língua internacional*.

Contrariando estas respostas, poderá dizer-se que a *língua comum* da lusofonia é uma idealização lusocêntrica; que a língua portuguesa é *bicêntrica* e ainda não é língua pluricêntrica; que a afirmação de que o português europeu e o português brasileiro constituem já duas línguas diferentes responde a uma militância política de separação e autonomização do português que se fala no Brasil; e que, apesar de ser língua oficial de 8 países (ou 10, incluindo a China, através da Região Administrativa de

Macau, e a Guiné Equatorial), o português é mais propriamente uma língua *multinacional* do que uma língua *internacional* e que ainda não existe e dificilmente virá a existir um padrão de língua internacional.

Questão normativa e política é saber que estandardização se deve implementar para o português no séc. XXI: uma codificação verdadeiramente *pluricêntrica* de várias normas padrão, cada uma com a sua própria dinâmica, ou uma codificação *pan-lusófona* de uma supranorma culta comum geral, orientadora e internacional, ou ainda um misto de ambas as codificações?

Neste estudo, procuraremos responder as estas questões ontológicas e políticas sobre a língua portuguesa no séc. XXI, evidenciando a realidade do português como *língua pluricêntrica* e o desejo do português como *língua internacional* e argumentando sobre a necessidade e a urgência de uma plena e eficiente *estandardização pluricêntrica*.

## 2. A realidade do português como língua pluricêntrica

O português é uma língua prototipicamente *pluricêntrica*, no sentido, institucionalizado por Clyne (1992: 1), de que apresenta diferentes variedades nacionais, cada qual com a sua norma própria, nomeadamente o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) e ainda outros padrões em desenvolvimento, especialmente o português moçambicano (PM) e o português angolano (PA). Todavia, pluricentrismo e monocentrismo linguísticos são categorias não discretas: há línguas mais pluricêntricas do que outras, como por exemplo o inglês e o português em comparação com o espanhol e o francês; o pluricentrismo é só aproximadamente simétrico e mais frequentemente assimétrico, pelas inevitáveis diferenças de estatuto e poder económico, político ou cultural entre as variedades nacionais; e todas as línguas são, até certo ponto, pluricêntricas, na medida em que contêm variação dialetal e diferentes normas locais. O pluricentrismo é, pois, um caso especial de variação intralinguística, marcada por questões de identidade e poder nacionais.

Santos (2016: 51-52) argumenta que um centro linguístico é “subjetivo, volátil e modificável” e contrapõe à metáfora da “cidade/polis” com centros e periferias a metáfora dos “ventos” com ciclones e anticiclones, cujos centros ou epicentros podem surgir nos locais mais inesperados. Subscrevendo inteiramente a noção de língua como *sistema complexo dinâmico* (ver, por exemplo, Silva 2012b), inevitavelmente variável e heterogêneo e de evolução imprevisível, para que a metáfora dos ventos pode remeter, importa esclarecer que o modelo descritivo de línguas pluricêntricas, institucionalizado por Clyne (1992) e continuado por Muhr (2012), Muhr *et al.* (2013, 2015) e Silva (2014), entre outros, não concebe, ao contrário do que Santos (2016: 52) afirma, os centros de uma língua pluricêntrica como “bem definidos e estáveis” nem os identifica necessariamente com variantes nacionais nem, muito menos ainda, se apresenta como “um modelo profundamente político e não necessariamente linguístico”. Como já referido, o conceito de língua pluricêntrica não é estático, nem bem definido, nem se identifica necessariamente com uma variedade nacional. É antes um conceito *prototípico*, no sentido de que determinadas línguas são mais prototipicamente pluricêntricas do que outras e os limites entre os diferentes centros e entre os centros e as periferias são difusos e modificáveis. Consequentemente, uma língua pluricêntrica apresenta uma rede de variedades contíguas com diversos centros mais prototípicos ou menos e, por outro lado, qualquer língua é, até certo ponto, pluricêntrica, na medida em que contém inevitavelmente variação interna e diferentes normas. A investigação linguística que tem sido desenvolvida sobre o pluricentrismo linguístico (e.g. Clyne 1992; Muhr 2012, Muhr *et al.* 2013, 215; Silva 2014) é claramente de descrição e explicação linguísticas, utilizando os enquadramentos teóricos e as metodologias empíricas da tradicional sociolinguística variacionista e da recente sociolinguística cognitiva. Embora possa (e deva) sugerir orientações e medidas de planeamento e política linguísticas, o objetivo principal da investigação sobre línguas pluricêntricas é claramente linguístico.

Sendo o pluricentrismo prototipicamente assimétrico, entre variedades dominantes e variedades não dominantes,

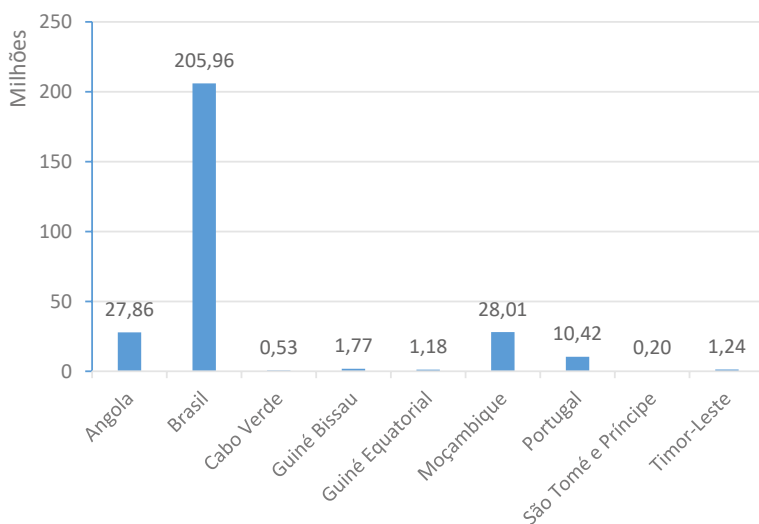
o português é, porém, das poucas línguas que mais se aproximam da situação de *pluricentrismo simétrico*. Na verdade, a supremacia histórica de Portugal é contrabalançada pela gigantesca dimensão do território e da população do Brasil. Entre os fatores que têm favorecido o pluricentrismo *simétrico* do PE e do PB, podemos apontar os seguintes: o balanceamento, já referido, entre a supremacia temporal de um dos centros e a supremacia espacial do outro centro; nem Portugal nem o Brasil exercem poder político ou económico um sobre o outro; ambos os países têm ganho recentemente prestígio internacional, ora Portugal como membro da União Europeia, ora o Brasil como potência económica emergente; o desenvolvimento, nas últimas três décadas, de dicionários e gramáticas de referência e o conseqüente aumento de codificação da norma linguística quer no Brasil quer em Portugal; a criação de instituições, como a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que têm também por objetivo a concertação entre os países lusófonos sobre questões de língua e a promoção internacional da língua portuguesa; e ainda o crescente reconhecimento em Portugal e no Brasil, bem como nos outros países lusófonos, da importância sociopolítica, geoestratégica, económica e cultural do pluricentrismo da língua portuguesa.

Há, no entanto, algumas assimetrias. Por exemplo, enquanto o PB goza de uma grande exposição a nível popular em Portugal e noutros países lusófonos, a exposição do PE no Brasil é mínima. Na verdade, os brasileiros têm geralmente dificuldades em entender o padrão europeu falado, ao passo que o inverso não se verifica. Um outro exemplo de assimetria: Portugal tem o Instituto Camões com a missão de promover a língua e a cultura portuguesas, mas o Brasil ainda não possui uma instituição equivalente. Uma terceira assimetria é de natureza linguística e mostra que o padrão no Brasil está mais afastado da realidade e diversidade da língua falada do que o padrão em Portugal.

Para uma percepção mais concreta do pluricentrismo da língua portuguesa no séc. XXI, vamos considerar os dados de projeção demográfica da *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat*,

entidade técnica que há muitas décadas acompanha a evolução demográfica dos estados-membros da ONU. Os dados, a partir dos quais construímos os Gráficos 1 e 2 apresentados a seguir, são os disponibilizados pelo *World Population Prospects (WPPS): The 2017 Revision* (<<https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Probabilistic/Population/>>), que inclui previsões de cinco em cinco anos, desde 2015 até 2100. Os WPPs das Nações Unidas são as bases mais confiáveis que temos de projeção demográfica. O Gráfico 1 sistematiza a população dos 9 países de língua portuguesa em 2015, num total de cerca de 276 milhões de habitantes. Naturalmente que, de entre este total de habitantes, nem todos são falantes do português, especialmente em países como Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Timor-Leste, em que o português convive com muitas outras línguas. Situação ainda mais particular é a da Guiné Equatorial, que adotou a língua portuguesa como oficial apenas em 2011. Por outro lado, estima-se que cerca de 6 milhões de falantes do português se encontram nas diásporas. A língua portuguesa é hoje falada por um número estimado de 261 milhões de pessoas em quatro continentes.

**Gráfico 1** – População dos países de língua portuguesa em 2015

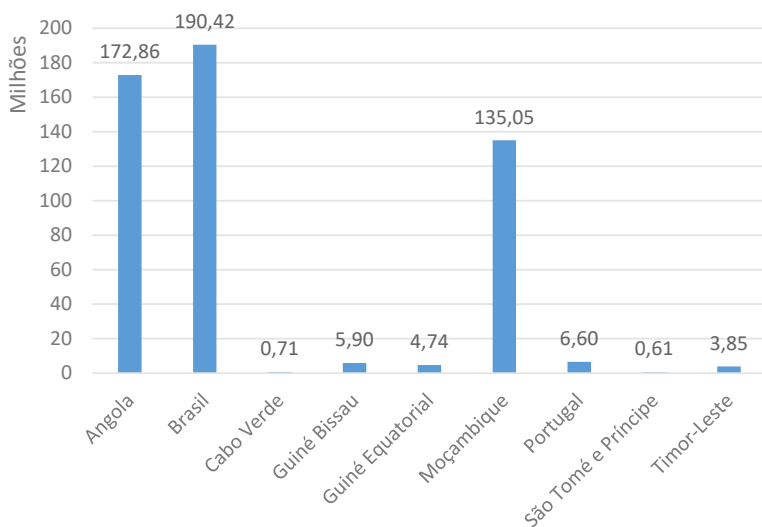


O Gráfico 1 mostra o elevado número de falantes do português no Brasil (205,96 milhões), correspondente a uma percentagem seguramente superior a 74,31%, tendo em conta que a percentagem de falantes do português nos outros países, à exceção de Portugal, é inferior à respetiva percentagem populacional. Mostra também a importância relativa de Moçambique e Angola que, apesar de terem na sua população um grande número de não-falantes do português, ultrapassarão já, tendo em conta o rápido crescimento de falantes de português moçambicanos e angolanos, o número de falantes do português em Portugal. Como já referido na secção anterior, a língua portuguesa caracteriza-se hoje por um *bicentrismo* luso-brasileiro com as normas estabelecidas do PE e do PB e um *pluricentrismo* emergente com o surgimento das novas normas do PM e do PA (descritas por Gonçalves 2010, 2013, Firmino 2002 e Miguel 2003, entre outros). Sendo Portugal e o Brasil ainda os dois centros gestores do sistema de normas da língua portuguesa (Oliveira 2016), a norma brasileira é exclusiva do próprio Brasil, ao passo que a norma portuguesa continua a ser a norma também dos demais espaços nacionais, seja em África seja na Ásia.

O Gráfico 2 apresenta as projeções demográficas dos países de língua portuguesa para 2100. Verifica-se uma quase duplicação da população relativamente a 2015, de 276 milhões para 520 milhões. Os dados apontam para um forte aumento demográfico em todos os países da CPLP, exceto Portugal e Brasil. As populações de Angola e de Moçambique terão um fortíssimo aumento, de 27,86 milhões para 172,86 milhões em Angola e de 28,01 milhões para 135,05 milhões em Moçambique, ao passo que a população de Portugal diminuirá fortemente, de 10,42 milhões para 6,60 milhões, e a população do Brasil terá uma ligeira diminuição, de 205,96 milhões para 190,42 milhões. Dados de períodos intermédios apontam para um aumento da população no Brasil até 2050, com 232,69 milhões, e um decréscimo demográfico contínuo a partir daí, sendo mais acentuado a partir de 2065, ao passo que o decréscimo demográfico em Portugal já se iniciou em 2010 e continuará ininterruptamente até 2100. Significativamente, a população conjunta de Angola e Moçambique, estimada em 307,91 milhões em 2100,

ultrapassará largamente a população do Brasil, com 190,42 milhões: Angola e Moçambique juntos representarão 59,12% da população dos países de língua portuguesa, ao passo que a percentagem do Brasil se situará em 36,57%. A percentagem demográfica dos restantes países será de apenas 4,31%.

**Gráfico 2** – População dos países de língua portuguesa em 2100



Considerando o rápido aumento de falantes do português como língua segunda e língua materna nos PALOP nos últimos 30 a 40 anos, particularmente em Moçambique e em Angola (por exemplo, de acordo com os censos demográficos de Moçambique, a percentagem de falantes de português duplicou de 1980 a 2007), e tendo em conta também a urbanização e a escolarização crescentes da população e o aumento rápido do acesso aos meios de comunicação de massa como os telemóveis e a internete nos PALOP, é expectável que praticamente toda a população moçambicana e angolana fale a língua portuguesa nos próximos 40 a 50 anos como língua segunda e uma boa percentagem da população como língua materna. Quer isto dizer que, tendo em conta os referidos fatores, as projeções demolinguísticas tenderão a

convergir com as projeções demográficas ao longo do séc. XXI e, em 2100, os números de falantes do português nos países de língua portuguesa coincidirão com os números da população estimada para esses países, indicados no Gráfico 2.

Teremos então em 2100 uma duplicação dos falantes de português no mundo, de 260 milhões para 520 milhões, cuja maioria estará na África Meridional, isto é, Angola e Moçambique (59,12%) e a quase totalidade (95,69%) em três países do hemisfério sul, nomeadamente Angola, Moçambique e Brasil. Fora deste espaço do Atlântico Sul-Índico, haverá apenas pouco mais de 20 milhões de falantes do português, menos de 5% do total de falantes. Com base nestas projeções demográficas e demolinguísticas, teremos então no final do séc. XXI um sistema já não bicêntrico mas claramente pluricêntrico, com três normas nacionais principais – as normas brasileira, moçambicana e angolana –, mas sem que a norma portuguesa, embora com uma forte redução de falantes e já não a norma de boa parte dos PALOP, deixe de ter um papel político e cultural importante no espaço lusófono. Com base nos mesmos dados demográficos da *World Population Prospects*, mas na sua revisão de 2012 (que difere da revisão de 2017 sobretudo nos números inferiores para a população estimada para Angola e Moçambique), Oliveira (2016) postula não só esta evolução de um sistema *bicêntrico* para um sistema *pluricêntrico* de normas do português, mas também o aumento da importância do papel dos demais PALOP (para além de Angola e Moçambique) e de Timor-Leste na gestão das suas normas nacionais emergentes e na gestão multilateral da língua portuguesa, particularmente no quadro do Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP (Oliveira 2015) e, assim, a evolução de uma *língua nacional* de dois países para um *língua internacional* de vários países, de gestão claramente pluricêntrica e multilateral.

### **3. O bicentrismo do PE e PB: evidência socioletométrica**

Temos desenvolvido investigação sociocognitiva e socioletométrica sobre o bicentrismo do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB), comprovando a tendência evolutiva

divergente entre as duas variedades nacionais nos últimos 70 anos (ver Silva 2010, 2012a, 2014a, b, 2015, 2016a, b). A investigação segue o enquadramento teórico da Sociolinguística Cognitiva (Kristiansen & Dirven 2008; Silva 2009; Geeraerts, Kristiansen & Peirsman 2010) – uma extensão emergente da Linguística Cognitiva (Geeraerts & Cuyckens 2007), como modelo centrado no uso da língua e orientado para o significado, que pretende investigar a interação entre os aspetos conceptuais e os aspetos sociais da variação intralinguística, ou a relação entre significado conceptual e fatores variacionais, através de avançados métodos empíricos quantitativos e multivariacionais. Os estudos reunidos em Silva (ed. 2014) e Silva (2016a) mostram as vantagens e as potencialidades teóricas, metodológicas e descritivas da aplicação da perspetiva da Sociolinguística Cognitiva ao estudo das línguas pluricêntricas.

A *socioletometria* é o conjunto de métodos letométricos que permitem medir distâncias entre variedades linguísticas e correlacioná-las com todos os tipos de variáveis sociolinguísticas. A socioletometria trabalha com a *variação onomasiológica* de conceitos ou funções, que se dá entre termos e construções semanticamente equivalentes, isto é, sinónimos denotacionais (Geeraerts, Grondelaers & Speelman 1999; Speelman, Grondelaers & Geeraerts 2003; Silva 2010). Por exemplo, a opção entre *guarda-redes* e *goleiro* é uma escolha de formas que exprimem o mesmo conceito mas pertencem a diferentes variedades nacionais; e a opção entre *morrer* e *falecer* é uma escolha de formas que exprimem o mesmo conceito mas são estilisticamente diferenciadas. O mesmo se pode verificar no domínio gramatical: por exemplo, *deixar entrar a bola*, *deixar a bola entrar* e *deixar que a bola entre* são construções alternativas da construção causativa. Podemos designar esta variação entre sinónimos denotacionais como *variação onomasiológica formal*, por oposição à *variação onomasiológica conceptual*, como a que se dá, por exemplo, entre *avançado* e *jogador* (sendo o primeiro termo hipóónimo do segundo), a qual envolve diferenças conceptuais.

Os métodos socioletométricos trabalham com perfis onomasiológicos, sendo *perfil onomasiológico* o conjunto das expressões sinónimas alternativas (tanto termos como construções)

usadas para designar determinado conceito ou função, juntamente com as suas frequências relativas. Por exemplo, os termos *atacante*, *avançado*, *avante*, *dianteiro*, *forward* e *ponta de lança*, juntamente com as suas frequências relativas num *corpus*, são o perfil onomasiológico do conceito de AVANÇADO. O *método onomasiológico*, concretamente a variação onomasiológica formal tem grandes vantagens no estudo da variação intralinguística em geral e da variação pluricêntrica em particular: permite um mecanismo de controlo capaz de evitar os perigos estatísticos resultantes de uma distribuição assimétrica de conceitos ou funções e, ao trabalhar com as frequências relativas, garante uma perspectiva *pragmática* da variação intralinguística, mais representativa da realidade sociolinguística do que a perspectiva *estrutural*, apoiada nas frequências absolutas.

Para medir distâncias entre variedades linguísticas são utilizadas três técnicas socioletométricas baseadas em perfis onomasiológicos: medidas de uniformidade, medidas do impacto de traços linguísticos e medidas de intenções atitudinais. A *uniformidade* é a medida da (dis)similaridade entre os perfis onomasiológicos nas diferentes variedades linguísticas e é calculada somando as frequências relativas mais pequenas de cada palavra ou construção alternativa. Diacronicamente, convergência e divergência entre duas variedades traduzem-se em aumento ou diminuição da uniformidade ao longo do tempo, respetivamente. Sincronicamente, maior distância estratificacional entre estrato padrão e outros estratos traduz-se por menor grau de uniformidade entre esses estratos linguísticos. A medida de uniformidade interna calcula a uniformidade dentro de uma variedade linguística: essa uniformidade diminui à medida que mais termos/construções competirem entre si para designar o mesmo conceito/função e/ou à medida que mais termos/construções dominantes existirem dentro de um perfil onomasiológico. As medidas de traços calculam a proporção de termos/construções com determinada característica no perfil onomasiológico de um conceito/função. As medidas de atitudes calculam as intenções comportamentais dos falantes em relação a uma palavra ou construção como expressão de determinado conceito ou função.

A título de exemplo, a Tabela 1 apresenta as percentagens da medida de uniformidade (U) em relação ao perfil onomasiológico de AVANÇADO nas bases de dados de Portugal (P) e do Brasil (B) entre 1950 e 1970. Estas percentagens equivalem à soma das frequências relativas mais pequenas de cada termo alternativo. O aumento de uniformidade entre PE e PB, de 16,9% para 28,8%, indica convergência relativamente ao perfil de AVANÇADO.

**Tabela 1** – Uniformidade (U) do perfil de AVANÇADO entre PE e PB (1950-1970)

AVANÇADO	P50	B50	U	P70	B70	U
atacante	8,8	36,6		13,6	73,8	
avançado	71,6	0,9		47,4	0,0	
avante	0,0	48,9		0,0	11,0	
dianteiro	19,2	6,8		20,1	0,7	
forward	0,1	5,2		0,0	0,0	
ponta de lança	0,3	1,5		19,0	14,5	
<b>U</b>			<b>16,9</b>			<b>28,8</b>

A investigação desenvolvida tem-se centrado inicialmente na variação lexical e na variação atitudinal e mais recentemente na variação construcional e, assim, nas relações evolutivas de convergência e divergência lexical, construcional e atitudinal entre PE e PB. Os dados empíricos da investigação sobre convergência e divergência lexical entre PE e PB foram coligidos a partir dos campos lexicais do futebol e do vestuário e incluem largos milhares de observações do uso de termos alternativos para nomear 43 conceitos nominais de futebol e de vestuário nos inícios das décadas de 1950, 1970 e 1990-2000. Os materiais do *corpus* foram extraídos de três diferentes fontes: jornais de desporto e revistas de moda dos primeiros anos das décadas de 50, 70 e 90-2000; linguagem da internet de *chats* associados a clubes de futebol; e etiquetas de roupas de lojas de vestuário de cidades portuguesas

e brasileiras. O subcorpus de futebol contém 2,7 milhões de palavras oriundas de 8 jornais desportivos (4 portugueses e 4 brasileiros) e 15 milhões de palavras coligidas de *chats* da internet. A respetiva base de dados é constituída por 90.202 observações do uso de 183 termos nos jornais de desporto portugueses e brasileiros, correspondentes a 21 perfis onomasiológicos, e 143.946 observações do uso dos mesmos termos e perfis nos *chats*. O subcorpus de vestuário contém 1,2 milhões de palavras de 28 revistas de moda (14 portuguesas e 14 brasileiras) e 1.300 imagens de etiquetas de lojas de vestuário. A respetiva base de dados é constituída por 12.451 observações do uso de 264 termos nas revistas de moda, correspondentes a 22 perfis onomasiológicos, e 3.240 observações do uso dos mesmos termos nas etiquetas de lojas de vestuário. A análise socioletométrica destes dados lexicais permite concluir que a hipótese da divergência entre PE e PB se confirma no campo lexical do vestuário, mas não no do futebol (Silva 2010). Os termos de vestuário são mais representativos do vocabulário comum e, por isso, os resultados do vestuário estarão mais próximos da realidade sociolinguística. A ligeira convergência no campo do futebol será um efeito da globalização e da standardização do vocabulário do futebol. Outros resultados do mesmo estudo lexicológico mostram não haver nenhuma orientação de uma variedade em relação à outra, o que sugere um pluricentrismo *simétrico* entre PE e PB, haver mais mudanças no PB do que no PE, maior influência estrangeira no PB do que no PE e maior estratificação ou distância entre estratos padrão e subpadrão no PB do que no PE.

Um estudo mais recente centra-se no domínio das variáveis construcionais. Foram já analisados três tipos de variáveis sintáticas: construções preposicionais alternativas, tal como *falar de vs. sobre vs. acerca de vs. em, interesse em vs. por vs. em torno de*; construções de complemento finito vs. infinitivo regido por verbos causativos e perceptivos; e variação na ordem de palavras nas construções nome-adjetivo (N + A vs. A + N) de adjetivos como *verdadeiro, falso, bonito, lindo, recente*. Os resultados mostram que estas variáveis sintáticas se comportam do mesmo modo que os termos de vestuário, isto é, as percentagens de uniformidade vão diminuindo ao longo do tempo, confirmando assim a hipótese

da divergência entre PE e PB (Silva 2014a). Outras variáveis construcionais que estão em estudo incluem as construções de *se* (construções impessoal, passiva, média, anticausativa, reflexiva/recíproca e de clítico nulo) e as construções relativas.

Para o estudo de variáveis atitudinais, efetuámos um inquérito com 15 perfis onomasiológicos de termos de vestuário e dirigimo-lo a 120 estudantes dos cursos de licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas e em Psicologia, sendo 60 estudantes brasileiros (35 raparigas e 25 rapazes) de São Paulo e do Rio de Janeiro e 60 estudantes portugueses (40 raparigas e 20 rapazes) de Braga e Lisboa. O inquérito combina os fatores cognitivo e comportamental das atitudes linguísticas e inclui, implicitamente, o fator avaliativo. Contém três perguntas. A primeira diz respeito à componente comportamental e procura saber qual a intenção atitudinal relativamente à palavra X como nome do conceito Z. Especificamente, perguntámos qual das alternativas onomasiológicas dadas para determinado conceito é que os inquiridos utilizam habitualmente, por vezes ou nunca quando se querem exprimir num português padrão. As duas outras perguntas dizem respeito ao conhecimento comum dos inquiridos sobre o uso típico e a origem das palavras selecionadas. Perguntámos se a palavra em questão é usada tipicamente em Portugal, no Brasil ou em ambos os países e se é de origem inglesa, francesa ou portuguesa. Como resultados obtidos, a proporção de termos endógenos (isto é, termos do PE nas intenções dos inquiridos portugueses e termos do PB nas intenções dos inquiridos brasileiros) e termos binacionais é muito maior, em ambos os inquéritos, do que a proporção de termos exógenos (isto é, termos do PB nas intenções dos inquiridos portugueses e termos do PE nas intenções dos inquiridos brasileiros) e termos binacionais. Verifica-se assim uma atitude divergente tanto da parte dos inquiridos portugueses como da parte dos inquiridos brasileiros (Silva 2012a), o que indica que os dados *subjetivos* das intenções atitudinais dos inquiridos portugueses e brasileiros vão no mesmo sentido divergente daquele que observámos nos indicadores *objetivos* lexicais e construcionais extraídos do *corpus*.

Um outro estudo sobre a representação cognitiva do biculturalismo do português tem por objetivo identificar os modelos

cognitivos e culturais subjacentes às atitudes dos falantes para com as variedades europeia e brasileira. Analisando discursos de políticos, jornalistas, escritores, linguistas e outros intelectuais sobre políticas de língua, questões de normatização linguística e a recente polémica sobre o Acordo Ortográfico, encontramos modelos atitudinais românticos e racionalistas sobre as relações entre as variedades europeia e brasileira e, num plano mais geral, sobre a própria lusofonia (Silva 2015, 2017). A atitude *romântica* entende a língua como *expressão* de uma identidade individual, avaliando positivamente a diversidade linguística, e vê a língua padrão como meio de discriminação de identidades regionais, sociais e culturais, como instrumento de opressão e de exclusão social. O modelo romântico exprime-se ora numa atitude convergente das duas variedades de normativismo conservador e dogmático que pretende impor no Brasil um padrão decalcado do português literário europeu, ora numa atitude divergente de defesa da existência de uma *língua brasileira* distinta da que se fala em Portugal (o linguista brasileiro Bagno 2001, 2012 é o maior defensor desta posição maximamente divergente). Em contrapartida, a atitude *racionalista* concebe a língua como meio de *comunicação*, avaliando positivamente a uniformidade linguística, porque expressão simbólica de uma sociedade livre e aberta, e considera a norma padrão como meio de participação social, de acesso à educação, à cultura e à ciência, de emancipação social e política, de participação política e de construção da democracia. O modelo racionalista manifesta-se ora na ideia convergente da “unidade na diversidade” ou “unidade superior” da língua portuguesa, ora na atitude divergente de valorização de cada uma das variedades nacionais do português como instrumento de participação política e educacional.

#### 4. O desejo do português como língua internacional

A caracterização do português como *língua internacional* (ou, noutras expressões equivalentes, *língua panlusófona* ou *língua global*) pode ser entendida em três sentidos: num sentido mais imediato e óbvio de língua falada em diferentes países, num sentido político de gestão da língua por parte dos diferentes países

que a têm como língua nacional e num sentido bem mais exigente de um padrão único internacional.

O estatuto de língua oficial de 10 países (incluindo a Região Administrativa de Macau na China e a Guiné Equatorial) é inegável. Mesmo assim, esse estatuto é, como pertinentemente observa Castro (2009), mais propriamente de uma língua *multinacional* do que de uma língua *internacional*. Isto mesmo é o que acontece quanto à gestão e standardização da língua portuguesa, que ainda hoje é mais bilateral do que multilateral, porque centrada nos dois centros das normas europeia e brasileira. No entanto, os dados demográficos e demolinguísticos apontam, como vimos, para uma alteração geopolítica importante da língua portuguesa na segunda metade do séc. XXI, no sentido de um forte aumento de falantes do português bem como da capacidade de gestão e dos esforços de standardização de Angola e Moçambique, dos restantes PALOP e de Timor-Leste e, assim, para uma língua cada vez mais internacional, de gestão multilateral, respondendo às emergentes necessidades e normas nacionais.

Já a existência de uma norma única internacional é da ordem do desejo e não da realidade. Santos (2016: 52-53) defende que deveríamos trabalhar para a construção de um português internacional comum, “não só nem especialmente um vocabulário ortográfico autorizado, mas uma gramática e um léxico comuns que sejam os primeiros a ser ensinados às crianças – e aos estrangeiros”. Santos (2016) aponta cinco áreas de construção de um português internacional comum: a tradução de qualquer outra língua para o português internacional, livros infantis para o ensino do português internacional às crianças, livros pedagógicos para o ensino do português internacional aos estrangeiros e a comunicação entre lusofalantes de variedades nacionais diferentes. Conclui Santos (2016: 62) que “uma língua internacional, respeitada e amada por todos, embora usada de forma muito diferente por cada um de nós, é a melhor forma de darmos valor ao maior bem que possuímos”.

Esclarecendo a noção de português como língua internacional, Mulinacci (2016) considera que o português destinado ao público internacional deveria ser um compromisso entre as normas existentes, necessariamente desnacionalizado para não ser

identificável como próprio de nenhum país e integrando características provenientes das diversas variedades. Adverte, porém, Mulinacci (2016: 115) que esse padrão linguístico internacional neutro “não existe ainda e duvido que possa vir a existir numa comunidade historicamente assente no papel centralizador de Portugal e cuja recente viragem ideológica “pós-nacionalista”, da língua como pátria comum, nunca se tem convertido numa gestão autenticamente supranacional do português”.

## **5. Para a standardização pluricêntrica do português**

Língua pluricêntrica ou língua internacional, a língua portuguesa? Como vimos, o português é hoje claramente uma língua bicêntrica, no que Aguiar e Silva (2007: 20) designa com propriedade como “bicentrismo da lusofonia contemporânea”, pela primazia linguística, cultural e política dos dois centros do português europeu e do português brasileiro, ainda os únicos ou principais centros gestores das normas do português. E uma língua bicêntrica em evolução divergente, como comprovado pelos nossos estudos socioletométricos. Mas é também e inevitavelmente uma língua pluricêntrica, estando já a emergir as novas normas do português moçambicano e do português angolano, que se estabelecerão e ganharão uma centralidade idêntica à do português brasileiro na segunda metade do séc. XXI, como nos mostram os indicadores demográficos e demolinguísticos. Será assim inevitável uma transformação linguística e geopolítica no espaço lusófono, de uma língua bicêntrica para uma língua pluricêntrica, com um forte crescimento dos centros moçambicano e angolano e dos demais PALOP e de Timor-Leste, um decréscimo demográfico de Portugal e do Brasil e uma verdadeira gestão multilateral do sistema pluricêntrico de normas da língua portuguesa no quadro do Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP (Oliveira 2016). E é ainda desejavelmente uma língua internacional, esperando-se uma afirmação cada vez mais internacional do que multinacional, que poderá desenvolver um padrão internacional único, com aplicações ao ensino do português como língua materna e como língua estrangeira ou

língua segunda, à tradução, à linguagem da ciência e da tecnologia e à comunicação entre lusofalantes de diferentes variedades linguísticas nacionais.

Neste contexto atual e prospetivo, que estandardização se espera para o português – uma estandardização panlusófono de uma supranorma culta comum, orientadora e internacional, ou uma estandardização pluricêntrica? Depois de uma estandardização monocêntrica nos séc.s XVI a XIX com o aparecimento e florescimento das primeiras gramáticas, dicionários, ortografias e outros instrumentos normativos em Portugal e de uma estandardização bicêntrica nos séc.s XIX e XX por parte de Portugal e do Brasil, para a diferenciação, tipicamente divergente, do português brasileiro e do português europeu, espera-se uma estandardização pluricêntrica no pleno sentido linguístico e político. Uma codificação pluricêntrica, não apenas ortográfica, mas também lexical e sobretudo gramatical. Apesar do *boom* gramatical nos últimos quinze anos no Brasil e em Portugal, com a publicação de novas e ampliadas gramáticas científicas e normativas da língua portuguesa, as gramáticas que temos são, como também observa Batoréo (2016a, b), gramáticas monocêntricas: ora sobre o português europeu (Mateus *et al.* 2003, Raposo *et al.* 2013), com a referência tradicional e histórica de “língua portuguesa” ou “português”, ora sobre o “português brasileiro” (Perini 2010, Castilho 2010, Bagno 2012) ou “português do Brasil” (Neves 2000, Azeredo 2008), ora ainda sobre a pretensa “superior unidade dentro da diversidade” ou “língua comum” (Cunha & Cintra 1984, Bechara 1999) mas que é lusocêntrica. Precisamos de gramáticas que integrem quer a variação dentro de cada padrão nacional quer a variação entre diferentes padrões nacionais. Mais do que um padrão panlusófono ou internacional comum codificado em gramáticas e dicionários, precisamos de gramáticas e dicionários pluricêntricos. A construção destes instrumentos pluricêntricos não inviabiliza, antes facilita a construção daqueles instrumentos internacionais. E mais do que um modelo panlusófono para que algumas políticas de língua românticas e racionalistas parecem orientar-se, precisamos de uma política e gestão multilateral que reconheça e promova o português como língua pluricêntrica.

## Referências

- AGUIAR E SILVA, Vítor (2007). Ilusões e desilusões sobre a política da língua portuguesa. In: Manuel Gama (org.), *A Política da Língua Portuguesa*. Braga: Universidade do Minho, 13-26.
- AZEREDO, José Carlos (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- BAGNO, Marcos (2001). *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BAGNO, Marcos (2012). *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BATORÉO, Hanna (2016a). Que gramática(s) temos para a estudar o Português língua pluricêntrica? In: José Teixeira (ed.), *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 85-101.
- BATORÉO, Hanna (2016b). Gramáticas de costas voltadas: Que futuro para o ensino do Português como língua pluricêntrica a falantes não-nativos (PLNM)? In: Barbara Hlibowicka-Weglarz, Justyna Wisniewska & Edyta Jablonka (orgs.), *Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade*, 2 vols. Lublin: Editora da Universidade Marie Curie-Skłodowska, Vol. I: 93-108.
- BECHARA, Evanildo (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CASTILHO, Ataliba (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- CASTRO, Ivo (2009). *A Internacionalização da Língua Portuguesa*, [http://www.clul.ul.pt/files/ivo\\_castro/2009\\_Internacionalizao\\_do\\_Portugus.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2009_Internacionalizao_do_Portugus.pdf)
- CLYNE, Michael (ed.) (1992). *Pluricentric Languages. Differing norms in different nations*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter.
- CUNHA, Celso & Lindley Cintra (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- FIRMINO, Gregório (2002). *A "questão linguística" na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promedia.
- GEERAERTS, Dirk, Stefan Grondelaers & Dirk Speelman (1999). *Convergentie en divergentie in de Nederlandse woordenschat*. Amsterdam: Meertens Instituut.
- GEERAERTS, Dirk & Hubert Cuyckens (eds.) (2007). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford & New York: Oxford University Press.
- GEERAERTS, Dirk, Gitte Kristiansen & Yves Peirsman (eds.) (2010). *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter.

- GONÇALVES, Perpétua (2010). *A Génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GONÇALVES, Perpétua (2013). O Português em África. In: Eduardo Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 157-178.
- KRISTIANSEN, Gitte & René Dirven (eds.) (2008). *Cognitive Sociolinguistics: Language Variation, Cultural Models, Social Systems*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MIGUEL, Maria Helena (2003). *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Nzila.
- MUHR, Rudolf (ed.) (2012). *Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages. Getting the Picture*. Frankfurt & Wien: Peter Lang.
- MUHR, Rudolf, Carla Amorós Negre, Carmen Fernández Juncal, Klaus Zimmermann, Emilio Prieto & Natividad Hernández (eds.) (2013), *Exploring linguistic standards in non-dominant varieties of pluricentric languages / Explorando estándares lingüísticos en variedades no dominantes de lenguas pluricéntricas*. Frankfurt: Peter Lang.
- MUHR, Rudolf & Dawn Marley (eds.) (2015). *Pluricentric Languages: New Perspectives in Theory and Description*. Frankfurt & Wien: Peter Lang.
- MULINACCI, Roberto (2016). Não falem português, falem brasileiros. Algumas notas sobre a noção de português como “língua internacional”. In: José Teixeira (org.), *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 103-127.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de (2015). O Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a gestão multilateral da Língua Portuguesa no âmbito da CPLP. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 13 (25): 19-34.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de (2016). The system of national standards and the demolinguistic evolution of Portuguese. In: Rudolf Muhr (ed.), *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*. Wien et al.: Peter Lang Verlag, 35-48.
- PERINI, Mário (2010). *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- RAPOSO, Eduardo Paiva, M. Fernanda Nascimento, Maria A. Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.) (2013). *Gramática do Português*, vols. I-II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- SANTOS, Diana (2016). Português internacional: alguns argumentos. In: José Teixeira (org.), *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 49-66.
- SILVA, Augusto Soares da (2009). A Sociolinguística Cognitiva: razões e objecto de uma nova área de investigação linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos* 13 (1): 191-212.
- SILVA, Augusto Soares da (2010). Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. In: Dirk Geeraerts, Gitte Kristiansen & Yves Peirsman (eds.), *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 41-83.
- SILVA, Augusto Soares da (2012a). Comparing objective and subjective linguistic distances between European and Brazilian Portuguese. In: Monika Reif, Justyna A. Robinson & Martin Pütz (eds.), *Variation in Language and Language Use: Linguistic, socio-cultural and cognitive perspectives*. Frankfurt: Peter Lang, 244-274.
- SILVA, Augusto Soares da (2012b). Sistema e variação: quão sistemático pode ser o sistema linguístico num modelo baseado no uso? *Revista Linguística* 8 (1): 35-60.
- SILVA, Augusto Soares da (2014a). The pluricentricity of Portuguese: A sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese. In Augusto Soares da Silva (ed.), *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Berlin & Boston: Mouton de Gruyter, 143-188.
- SILVA, Augusto Soares da (2014b). Measuring and comparing the use and success of loanwords in Portugal and Brazil: A corpus-based and concept-based sociolectometrical approach. In: Eline Zenner & Gitte Kristiansen (eds.), *New Perspectives on Lexical Borrowing: Onomasiological, methodological and phraseological innovations*. Berlin & Boston: Mouton de Gruyter, 101-141.
- SILVA, Augusto Soares da (2015). Cultural cognitive models of language variation. Romanticism and rationalism in language policy debates about the unity/diversity of European and Brazilian Portuguese. In: Jocelyne Daems et al. (eds.), *Change of Paradigms – New Paradoxes. Recontextualizing Language and Linguistics*. Berlin/& Boston: Mouton de Gruyter, 253-274.
- SILVA, Augusto Soares da (2016a). The cognitive approach to pluricentric languages and the pluricentricity of Portuguese: What's really new? In: Rudolf Muhr (ed.), *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*. Wien et al.: Peter Lang Verlag, 13-34.

- SILVA, Augusto Soares da (2016b). O português como língua pluricêntrica: indicadores linguísticos e sociais e novos métodos de investigação. In: José Teixeira (org.), *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 69-83.
- SILVA, Augusto Soares da (2017). Modelos cognitivos da lusofonia: romantismo e racionalismo nas políticas de língua e comunicação de unidade/diversidade do português europeu e brasileiro. In: Moisés de Lemos Martins (org.), *A Internacionalização das Comunidades Lusófonas e Ibero-Americanas de Ciências Sociais e Humanas - O Caso das Ciências da Comunicação*. Famalicão: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho & Edições Húmus, 319-335.
- SILVA, Augusto Soares da (ed.) (2014). *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Berlin & Boston: Mouton de Gruyter.
- SPEELMAN, Dirk, Stefan Grondelaers & Dirk Geeraerts (2003). Profile-based linguistic uniformity as a generic method for comparing language varieties. *Computers and the Humanities* 37: 317-337.

Antes de mais nada, devo aqui deixar expresso que este volume constitui um documento-monumento, que me parece também poder valer como símbolo, no dia do seu encerramento oficial (25 de maio de 2018), das comemorações dos 25 anos do Curso Anual de Português Língua Estrangeira (PLE) do BabeliUM – Centro de Línguas do Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH), ficando para a história desta subunidade de extensão do ILCH, a unidade orgânica de ensino e de investigação da Universidade do Minho que o alberga e, diria mesmo, de que faz parte integrante ou constituinte. Henrique Barroso, *D(N)este livro*

Antes de sair da geografia que lhe deu nascimento ou, se se quiser (invertendo a orientação do foco), de iniciar a aventura por outras paragens, o português, como todas as línguas (neste ponto, não se distingue absolutamente de nenhuma outra), tinha, por natureza, as próprias *porta, janela e varanda*, ou seja: a primeira para poder aceder ao mundo, a segunda para o poder ver/conhecer/perceber e, por fim, a terceira para o poder contemplar/apreciar (esteticamente). Isto, por si, é absolutamente singular – de um valor incomensurável, portanto. Porém, multipliquemo-lo, no mínimo e também naturalmente, por oito (todos os espaços onde é língua materna, língua segunda e/ou língua nacional), e aí são oito vezes mais portas, oito vezes mais janelas e oito vezes mais varandas.

Dito isto, e antes de avançar, não devemos esquecer (pelo contrário: ter bem presente) os outros espaços onde é língua de herança e/ou língua de afetos e, ainda (é evidente), aqueles outros onde é ensinada/aprendida como língua estrangeira. Por conseguinte – é o corolário –, estamos na presença de uma língua pluricontinental, pluricultural e, consequentemente, pluricêntrica. Henrique Barroso, *Introdução* (Parte I)

ISBN 978-989-755-348-6



FUNDAÇÃO  
ORIENTE



www.lidel.pt